

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2795610820200731112551

Processo 0824160-49.2019.8.23.0010 ☆ - (360 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 4847 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Recursos: [Clique aqui para visualizar os recursos relacionados](#)

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de:

Ocultar Movimentos:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

☐ Inválidos

☐ Sem Arquivo

☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por:

Sequencial(Intervalo):

Descrição:

☐ Advogado

☐ Defensor Público

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

ao

Data do Movimento(Período):

à

89 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 89

500 por pág.

1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
<div><div></div></div> 89	31/07/2020 11:25:51	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (17/07/2020)	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
<div><div>89.1 Arquivo: Petição</div><div>Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO</div><div><div></div><div>2633711MANIFESTACAOSOBREDOCS02.pdf</div></div><div>Público</div></div>			
88	29/07/2020 16:15:03	RENÚNCIA DE PRAZO DE ALESSANDRO COSTA SILVA Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (17/07/2020)	RUSSIAN LIBERATO RIBEIRO DE ARAUJO LIMA Advogado
87	29/07/2020 16:14:59	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de ALESSANDRO COSTA SILVA) em 29/07/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 82) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (17/07/2020) e ao evento de expedição seq. 83.	RUSSIAN LIBERATO RIBEIRO DE ARAUJO LIMA Advogado
86	24/07/2020 00:08:13	DECORRIDO PRAZO DE PERITO VITOR PARACAT SANTIAGO (Para Perito VITOR PARACAT SANTIAGO *Referente ao evento (seq. 70) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE(01/06/2020) e ao evento de expedição seq. 74.	SISTEMA CNJ
85	20/07/2020 16:09:25	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 20/07/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 82) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (17/07/2020) e ao evento de expedição seq. 84.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
84	20/07/2020 10:25:29	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 82) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (17/07/2020)	REGINA MARIA AGUIAR CARVALHO Analista Judiciária
83	20/07/2020 10:25:28	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de ALESSANDRO COSTA SILVA com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 82) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (17/07/2020)	REGINA MARIA AGUIAR CARVALHO Analista Judiciária
<div><div></div></div> 82	17/07/2020 10:02:21	JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo Perito VITOR PARACAT SANTIAGO) em 17/07/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 70) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (01/06/2020) e ao evento de expedição seq. 80.	VITOR PARACAT SANTIAGO Perito
81	17/07/2020 08:41:18	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para Perito VITOR PARACAT SANTIAGO com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (01/06/2020)	VITOR PARACAT SANTIAGO Perito
80	15/07/2020 10:04:55	RENÚNCIA DE PRAZO DE ALESSANDRO COSTA SILVA Referente ao evento PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (01/06/2020)	REGINA MARIA AGUIAR CARVALHO Analista Judiciária
79	14/07/2020 15:50:59	DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 70) PROFERIDO DESPACHO DE MERO EXPEDIENTE (01/06/2020) e ao	RUSSIAN LIBERATO RIBEIRO DE ARAUJO LIMA Advogado
78	04/07/2020 00:18:54		SISTEMA CNJ



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08241604920198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALESSANDRO COSTA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Ocorre que o perito não observou corretamente os parâmetros estabelecidos na tabela anexa à Lei 6.194/74 (alteração pela Lei 11.945/09), visto que estabelece a lesão no membro JOELHO ESQUERDO, bem como lesão em MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, sendo que a primeira lesão já está contida no todo do membro inferior. Fato este que levaria a seguradora a efetuar um pagamento em duplicidade pelo membro joelho lesionado.

Neste sentido, sendo caso de invalidez permanente parcial incompleta, deverá ser feito o enquadramento da perda anatômica ou funcional em conformidade com a previsão constante da tabela anexa à Lei n.º 6.194/74.

Assim, confirmada a invalidez permanente parcial incompleta por meio da perícia realizada, mister se faz proceder a graduação de acordo com o laudo do perito judicial, bem como aos graus de invalidez presentes na aludida tabela.

No caso em análise, a perícia judicial realizada comprovou a existência de duas lesões com graus de 50% (cinquenta por cento) pra cada lesão. No entanto, como explicado acima, será realizado apenas o enquadramento da lesão no membro inferior esquerdo que abrange as lesões sofridas nos ossos (joelho e ossos da perna), no percentual de 50% (cinquenta por cento).

Desta forma, o art. 3º, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com suas posteriores alterações, dispõe que, em primeiro lugar, deve ser feito o enquadramento da perda anatômica ou funcional consoante previsão no inciso I do mesmo parágrafo.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Sendo assim, na hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Destarte, requer a Ré que o N. Magistrado acolha o descrito no laudo apresentado pelo *expert levando em consideração a fundamentação já esposada acima*, tendo em vista que foram devidamente utilizados os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 30 de julho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR